
A narrativa de jornalistas que cobrem política e direitos humanos em países com recente instabilidade política na América Latina¹

Deborah Fortuna Oliveira de ANDRADE²
Kelly Tatiane Martins QUIRINO³
Universidade Católica de Brasília, DF

RESUMO

Este artigo debate as recentes instabilidades políticas dentro da América Latina, e como os impeachments inauguraram um novo padrão de instabilidade na região, segundo Pérez-Liñán. E como essa insegurança pode favorecer uma ruptura do Estado com os direitos humanos. Para discutir o assunto, o artigo narra o papel de um dos principais fiscalizadores do governo: o jornalista. Além de pesquisa bibliográfica, o documento traz uma entrevista, na qual é possível abordar o ponto de vista de um profissional que cobre a região.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; democracia; jornalismo; comunicação; direitos humanos.

INTRODUÇÃO

A recente instabilidade política na América Latina acendeu um alerta, e o cenário que se desenha é incerto. Ainda que o tema não seja novidade numa região com histórico autoritário, os novos contornos trouxeram à tona a discussão sobre possíveis perigos à democracia. De uma certa forma, as democracias na região não são consolidadas (MONTORO, 1994), mas a insatisfação da sociedade é um sinal de atenção: a pesquisa Latinobarômetro de 2018 mostrou que desde 2010, quando começou uma onda de protestos na região, o apoio à democracia diminuiu de maneira sistemática. Em 2018, o apoio alcançou 48% - sendo que oito anos antes, essa porcentagem estava em 61%. Ao mesmo tempo há um aumento do número de cidadãos que se declararam “indiferentes”

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada em Jornalismo e pós-graduada em Serviço Social, Justiça e Direitos Humanos, e-mail: deborah.fortuna01@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília, Mestre em Comunicação Midiática e Bacharel em Comunicação Social – habilitação em jornalismo pela Universidade Estadual Paulista – câmpus Bauru. Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – FAC-UnB. E-mail: kellytatianemartins@gmail.com

ao tipo de regime, saindo de 16% em 2010 para 28% no último levantamento. E no caso de apoio a governos autoritários, o indicador mostra 15% de apoio — dado sem grandes variações ao longo dos anos.

O que se comprova por meio de noticiários latino-americanos é a insatisfação popular. No ano de 2019, a região entrou em convulsão, com uma série de protestos em muitos países — manifestações chegaram, inclusive, a pedir impeachments presidenciais. No livro “*Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*”, Pérez-Liñán (2007) é cirúrgico: “Impeachments recentes constituem a ponta do iceberg de uma tendência emergente muito mais ampla na política latino-americana” (n.p, tradução nossa)⁴. Como será visto mais a frente, o autor discorre que como a prática de golpes militares se tornaram inviáveis, os episódios de impeachments inauguraram um novo padrão de instabilidade presidencial na região (PÉREZ-LIÑÁN, 2007). O problema é que a América Latina ainda revela uma instabilidade politicoinstitucional (PETRY, 2008). Uma pergunta a ser feita é se a queda de apoio popular à democracia seguir nos próximos anos, ficaríamos diante de uma real possibilidade de retomada de governos autoritários? Voltaremos neste tópico mais adiante.

Sendo assim, o cenário incerto pode trazer ainda mais uma consequência: o descumprimento pela efetivação dos direitos humanos na região. Elaborada pelas Nações Unidas e publicada em 1948, em decorrência das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabeleceu uma série de normas, as quais os países signatários se comprometeram a realizar, preservando políticas sociais, culturais, educacionais e econômicas à população, sem distinções⁵. Ou seja, é papel do Estado garantir a efetivação dos direitos humanos na sociedade, mas também é dele essa função contraditória: enquanto responsável pela proteção, é ele também o maior algoz. “O discurso protetivo dos direitos humanos surge e insurge-se contra o Estado como o maior violador de direitos, ao passo que deposita nesse mesmo ente a confiança na persecução da sua proteção” (MORAES e FACHIN, 2016, p. 154).

Tal contrariedade foi evidenciada durante ditadura militar na América Latina. Sob grande influência e controle norte-americano, muitos países da região, ao estarem sob ditaduras militares ou democracias frágeis, desrespeitaram os direitos humanos

⁴ “Recent impeachments constitute the tip of the iceberg of a much broader emerging trend in Latin American politics”.

⁵ Assembleia Geral da ONU. “**Declaração Universal dos Direitos Humanos**”. “Nações Unidas”, 1948, Paris, art.

explicitamente em nome de uma doutrina de segurança nacional (PETRY, 2008). Nesse contexto, é possível inferir que a fragilidade democrática, ainda que não seja a única causa, pode resultar nesse rompimento do Estado com sua função de proteção dos grupos historicamente excluídos. Como explica Piovesan: “Não há direitos humanos sem democracia, tampouco há democracia sem direitos humanos” (2009, p. 109).

A autora também acrescenta:

Constata-se que, na experiência brasileira e no contexto latino-americano em geral, a construção democrática envolveu, em um primeiro momento, a ruptura com regimes militares ditatoriais, o que deflagrou o período de transição democrática, com o gradativo resgate da cidadania e das instituições representativas. A transição democrática, por sua vez, fez surgir como maior desafio a efetiva consolidação da Democracia na região, mediante o pleno exercício de direitos e liberdades fundamentais, na medida em que a garantia de eleições livres, por si só, não resultaram automaticamente em uma sociedade justa e igualitária (PIOVESAN, 1995, p. 3)

É por esse motivo que a fiscalização do Estado para o cumprimento da democracia e direitos humanos é tão importante no contexto atual. E há muitos atores que podem cumprir esse papel de vigilância – seja a Justiça, a sociedade, ou até mesmo a imprensa. O princípio VIII do Código Internacional de Ética dos Jornalistas (1983)⁶ afirma que “um verdadeiro jornalista representa os valores universais do humanismo, sobretudo a paz, a democracia, os direitos humanos, o progresso social e a libertação nacional [...]”. Isto posto, o jornalista, como profissional, tem o dever ético de lutar pela defesa da democracia e, conseqüentemente, dos direitos humanos. Apesar de não serem pioneiros a se mostrar indignados com o abuso desses direitos (FERNANDES, 2002), o jornalista, hoje, tem um papel fundamental na luta por essas garantias e na construção de um Estado democrático.

O jornalismo, mesmo sem aprofundar-se, obviamente, nas discussões filosóficas, políticas e históricas que envolvem as questões dos direitos humanos, mesmo sendo, muitas vezes, superficial e retrógrado numa ou outra abordagem, traz à cena pública novos atores sociais, e uma nova maneira de olhar e reconhecer conflitos e incertezas que os envolvem, e as tentativas de mudar os padrões vigentes de desigualdade em que se acham. O jornalismo torna-se, assim, um espaço público fundamental para a democracia e para os direitos humanos (FERNANDES, 2002, p. 11)

Para isso, torna-se imprescindível a fiscalização e cobrança ao governo para que cada vez mais pessoas tenham direitos básicos. Isso porque a imprensa, mesmo que

⁶ UNESCO, **Código Internacional de Ética para Jornalistas**. 1983. Disponível em: <https://www.jornalistas-rs.org.br/codigo-de-etica-internacional/>. Acesso 27 jan 2020.

passível a críticas, controles e limites, ainda é considerada uma ponte entre o Estado e o povo.

Mediante a divulgação do desconforto social para com os representantes democráticos, tem-se obtido, com a ajuda da mídia, significativas modificações no campo jurídico-legal e político-social. A luta pela idealização do Estado Democrático é constante, vez que é seu dever/função assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, dentre os quais, cita-se, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a própria justiça (POMPÉO; MARTINI; 2012, p. 5)

Na América Latina, a imprensa se mostra um forte poder, seja pelo grande controle em poucas e poderosas mãos – de políticos ou grande empresários – seja pela influência dentro da sociedade. O problema é que dentro dessa região, quando há uma grande instabilidade política, muitas vezes, esse papel pode ser reprimido – como foi durante a ditadura militar. A questão proposta neste artigo é discutir como a atual instabilidade política na América Latina pode trazer de volta à tona a discussão sobre o perigos ao sistema democrático, e como isso pode afetar diretamente ao descumprimento dos direitos humanos — aumentando o papel de fiscalizador da imprensa sobre o tema. Para abordar o assunto, fez-se um recorte entre os países que passaram por impeachments recentemente, já que como visto, esses impedimentos “são um dos muitos resultados possíveis de uma crise presidencial” (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, n.p, tradução nossa)⁷.

1 IMPEACHMENT, DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E IMPRENSA

Antes de tudo, é preciso trazer um panorama da recente instabilidade dentro da América Latina. O ano de 2019 foi palco para inúmeras manifestações e protestos contra presidentes e governos na região, com pedidos de impeachment. Resumidamente, podemos citar alguns exemplos: na Venezuela, o impasse entre Nicolás Maduro e Juan Guaidó colocou o mundo de olho no país, após forte crise econômica, que culminou em Guaidó se autoproclamando presidente venezuelano. No Equador, protestos contra o aumento do preço do combustível levou cidadãos às ruas por mais de 11 dias. Em outubro, parlamentares chegaram a pedir o impeachment de Lenín Moreno, assim como a convocação de eleições antecipadas. Na Bolívia, com os protestos logo após o resultado das eleições presidenciais e a pressão militar, o presidente Evo Morales renunciou ao cargo e se refugiou no México. As tensões se alastraram: no Chile, o que levou a

⁷ “Impeachment is one of the many possible outcomes resulting from a presidential crisis”.

população às ruas pedindo o impeachment do presidente Sebastián Piñera foi o aumento da tarifas do metrô. O governo federal chegou a decretar estado de emergência por 15 dias, por causa dos protestos, que deixaram mortos e feridos. No Haiti, o presidente Jovenel Moise superou um pedido de impeachment em 2019, mas no ano seguinte passou a governar por decreto. Em setembro de 2020, o presidente peruano Martín Vizcarra escapou do processo de impeachment, depois que o Congresso rejeitou o pedido de afastamento solicitado pela oposição.

Estes conflitos presidenciais não são isolados e repentinos. Em 30 anos, desde a redemocratização, 14 governos foram interrompidos na região⁸. Para este artigo, vamos fazer um primeiro recorte: nos últimos dez anos pelo menos cinco países tiveram governantes que não cumpriram mandatos até o fim, seja por impeachment ou renúncia: Paraguai (2012), Guatemala (2015), Brasil (2016), Peru (2018) e Bolívia (2019). Mas porque falar sobre impeachment? Porque ao utilizar o argumento de Pérez-Liñán, esses cinco países, por terem passado por rompimentos presidenciais, confirmaram ter passado por uma instabilidade recente. Ao elencar alguns elementos como o fim da Guerra Fria, mudanças na política externa dos Estados Unidos, as lições da ditadura militar e o novo papel das instituições internacionais, Pérez-Liñán (2007) argumenta que:

Como, neste contexto, as elites civis não podem invocar uma intervenção militar, foram forçadas a encontrar mecanismos constitucionais para resolver suas disputas. O impeachment presidencial emergiu como o instrumento mais poderoso para deslocar presidentes “indesejáveis” sem destruir a ordem constitucional (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, n.p, tradução nossa)⁹.

Ou seja, para o autor, as crises recentes culminaram com o impeachment de presidentes sem haver uma quebra no sistema democrático. “Em poucos anos, crises políticas sem ruptura de regime se tornaram uma ocorrência comum na política latino-americana e o impeachment presidencial se tornou a principal expressão institucional dessa tendência” (PÉREZ-LIÑÁN, 2007, n.p)¹⁰. Mas, isto não quer dizer que a sociedade sai ileso dessa prática. Pérez-Liñán (2007) argumenta que o debate nunca será simples

⁸ OLMEDO, Luiza. Em 30 anos, América Latina teve 14 governos interrompidos. **Folha de São Paulo**. 2016. Editoria de Treinamento. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771282-em-30-anos-america-latina-teve-14-governos-interrompidos.shtml>>

⁹ “Because in this context civilian elites cannot invoke a military intervention, they have been forced to find constitutional mechanisms to solve their disputes. Presidential impeachment had emerged as the most powerful instrument to displace ‘undesirable’ presidents without destroying the constitutional order”.

¹⁰ “Within a few years, political crises without regime breakdown have become a common occurrence in Latin American politics – and presidential impeachment has become the main institutional expression of this trend”.

porque crises sem a ruptura com a democracia, às vezes, deixam legados contraditórios. Em entrevista à Revista Exame, em 2016¹¹, o autor defendeu que o impeachment abre um ciclo de instabilidade:

Existe um certo debate sobre isso e as principais vozes sustentam uma visão otimista do impeachment, dizendo que ele não cria uma debilidade na democracia e nem instabilidade a longo prazo. Minha leitura é menos otimista. Creio que quando o impeachment se justifica exclusivamente em um crime cometido pelo presidente, então o impeachment fortalece a democracia porque mostra que o Congresso pode controlar o Executivo e que não há impunidade. Mas por outro lado, quando impeachment é simplesmente um ato simbólico do Congresso para sacrificar o presidente, em consonância com a opinião pública, porque o presidente é impopular, então creio que nesses casos o impeachment abre um ciclo de instabilidade que não termina com a saída do presidente (entrevista ao autor).

Argumentando ainda no mesmo sentido, Pérez-Liñán (2007) diz que a instabilidade está hoje no nível do governante, e não do regime. Mas, como os impeachments são usados neste artigo apenas para um recorte dos países, é preciso levar em consideração outros fatores para discutir a democracia na América Latina. Montoro (1994) sugere que enquanto a tradição autoritária da região tem origem no período colonial, mesmo após o período de independência, os países, com algumas exceções, mantiveram a tradição do autoritarismo. “Lideranças de caudilhos e ditaduras militares se sucederam em todos os países do continente, impedindo ou interrompendo as experiências de governos constitucionais” (MONTORO, 1994, p. 26) Para o autor, porém, este não é um passado enterrado, e as democracias até hoje sofrem ameaças do autoritarismo:

As regras democráticas prevalecem hoje como tendência geral da América Latina. Mas as democracias da região não estão consolidadas. Pelo contrário, correm sério risco e estão ameaçadas de serem substituídas por regimes autoritários em virtude das seguintes causas: 1. Agravamento da desigualdade e da miséria, que atinge progressivamente camadas cada vez mais amplas da população 2. Tráfico de drogas e movimentos terroristas, que atuam intensamente na região 3. Desmoralização dos poderes públicos –executivo, legislativo, judiciário – e dos partidos políticos, em decorrência da frequente denúncia e divulgação de casos de corrupção e tráfico de influência 4. Reduzida participação da população nos acontecimentos políticos e no processo de desenvolvimento do país (MONTORO, 1994, p. 26).

¹¹ PÉREZ-LIÑÁN, Anibal S. “Impeachment não encerra crise”, diz cientista político. Entrevista concedida a Alexandra Martins. Exame. Disponível em: <
<https://exame.com/brasil/impeachment-nao-encerra-crise-diz-cientista-politico/>>

Considerando todos os argumentos citados por Montoro (1994), além da queda do apoio democrático visto anteriormente, o artigo propõe um olhar jornalístico, já que essas ameaças podem ser vigiadas por profissionais da imprensa. Mas, neste artigo, a ideia não é abordar o jornalismo como uma profissão abstrata, mas sim compreender o profissional que atua nesta área, mesmo porque será ele(a) que estará à frente da vigilância. Um documento do Repórter Sem Fronteiras, publicado em dezembro de 2019¹², que mostra a mortalidade de jornalistas por causa do exercício de sua função, revelou que a América Latina se tornou uma zona tão letal para os jornalistas quanto o Oriente Médio. O que o documento mostra é que esse é um número alarmante, levando em consideração que a América Latina é considerada “região de paz”, ou seja, onde não acontecem guerras.

Além disso, Arend Lipjhart (2003), citando Robert Dahl¹³, demonstra oito critérios para se avaliar uma democracia — sendo que dois deles remetem diretamente à comunicação: são eles: ‘a liberdade de expressão’ e as ‘fontes alternativas de informação (apud REBOUÇAS; CUNHA 2010, p. 85). Segundo Rebouças e Cunha: “todos os outros critérios está implícita a presença do direito à comunidade como meio de garantias e efetivação de outros direitos” (2010, p. 85). Por isso é tão necessário debater o que pensa um profissional que tenha o poder de fiscalização do Estado, e que cubra uma das regiões mais letais para jornalistas, e que principalmente perceba a instabilidade política que ronda os países integrantes da América Latina atualmente, e como essa incerteza pode corroborar no risco à democracia e consequentemente, aos direitos humanos. O trabalho usa a revisão bibliográfica, para entender a discussão sobre a América Latina, e também a entrevista etnográfica, para debater o assunto com um jornalista que cobre a região. Este último foi escolhido porque a pesquisa etnográfica visa compreender os processos do dia-a-dia (SEVERINO, 2007). “Trata-se de um mergulho no microssocial, olhado com uma lente de aumento. Aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa” (2007, p. 119). Para Godoy (1995), por outro lado, neste tipo de abordagem “o pesquisador vai à campo captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (1995, p. 21).

¹² REPÓRTER SEM FRONTEIRAS - Balanço de 2019 dos jornalistas mortos, presos, reféns ou desaparecidos no mundo. 2019.

¹³ DAHL, Robert. *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971

Apesar do artigo abordar questões relacionadas a América Latina, e da intenção em acrescentar entrevistas de jornalistas residentes dos países que passaram por impeachments nos últimos dez anos (Paraguai, Guatemala, Brasil, Peru e Bolívia), como visto anteriormente, foi necessário um segundo recorte considerado a brevidade do artigo. Escolheu-se o Brasil, que mais a frente se provará como uma região de grande instabilidade atual.

Buscou-se também o perfil de um repórter que trabalha na cobertura dos direitos humanos na América Latina, e engajado sobre o assunto dentro da região. Ao todo, foram realizadas dez perguntas previamente combinadas, que abordam a trajetória do repórter e a percepção dele sobre direitos humanos, impeachment e instabilidade político e democrática na América Latina. Por isso, escolheu-se:

| Entrevistado | Idade | Como cobre América Latina |
|---------------------|--------------|---|
| Lucas Berti | 25 anos | Trabalha na cobertura da América Latina há três anos, e hoje tem um projeto independente e pioneiro de noticiário dos países latinoamericanos, com uma newsletter intitulada de “Giro Latino”, na qual reúne as principais notícias semanais de todos os países da região, além de um podcast sobre o assunto |

Para Berti, os direitos humanos dentro da América Latina sempre foram pobres e renegados. “Sempre emergencial, nunca preventivos. Só se fala em direitos humanos quando o índio, a mulher, o negro, o ativista, o estudante já estão baleados, mortos ou condenados” (em entrevista). Questionado se é possível que a América Latina, futuramente, rompa com o histórico de violência e tenha uma efetivação dos direitos humanos, em uma democracia fortalecida, o jornalista é mais cético:

Lucas Berti: Num longo prazo, quem sabe. Por enquanto são democracias jovens, mal resolvidas, ainda enfrentando problemas básicos. Ainda há uma elite alérgica às classes baixas na região. Enquanto um certo nível de igualdade e educação não for atingido, a América segue sendo vítima de seu passado e de seus buracos (em entrevista)

2 IMPRENSA NA AMÉRICA LATINA E BRASIL

Mas, para abordar a percepção de um jornalista brasileiro, é preciso realizar antes um debate breve sobre o contexto dos direitos humanos e da imprensa na América Latina, e depois, especificamente no Brasil. Para Ruiz (2010), para entender a inter-relação entre o sistema midiático na região latinoamericana, é preciso analisar três fatores históricos: “a lenta e ciclotímica construção democrática, a baixa qualidade do Estado e a dificuldade de consolidar uma ordem econômica estável” (2010, p. 22)

O desenvolvimento da mídia e do jornalismo foi sempre, em toda época e lugar, dependente da qualidade do regime político. Passaram-se dois séculos republicanos e só agora é possível falar de regimes democráticos em quase todos os países da região, ainda que não sem ameaças. E a interrupção contínua das experiências democráticas também foi uma interrupção contínua do desenvolvimento do jornalismo. (RUIZ, 2010, p. 22)

Além disso, uma das características da mídia em grande parte da América Latina é a concentração econômica. “Em geral, os meios de comunicação estão em mãos de poucas corporações, muitas vezes pertencentes a dinastias familiares, em geral ligadas a grupos empresariais ou ao próprio Estado”, (MACEDO, PIRES E MARTINS, 2016, p. 90). A pesquisa desenvolvida pelos autores mostrou que esse excesso de concentração de recursos nas mãos de alguns poucos grupos é gravíssimo pois se reflete em restrições ao acesso à informação. Mais preocupante do que isso é que as tendências são de aumento da concentração quando não há regulação do Estado.

Lucas Berti: Uma imprensa monopolizada e hegemônica, ainda que livre, tem papel de defender interesses de elites e de, geralmente, escamotear uma visão mais popular da história. Por outro lado, uma vez imerso em um quadro de risco ao estado democrático de direitos, muitas vezes a imprensa é unilateral e não há espaço pra pluralidade. Exemplo: a imprensa que estava lado de Pedro Carmona (representante das elites caraquenhãs) no golpe contra Chávez em 2002, era do primeiro tipo (hegemônica, antipopular). Por outro lado, hoje, a imprensa que é pró-governo chavista alimenta a situação de alienação. O mais maluco é que talvez a Venezuela foi vítima das duas. O ideal é uma imprensa livre e plural (em entrevista).

Em relação ao caso brasileiro, o debate sobre uma legislação para quebrar esse monopólio no setor ainda é bastante iniciante, confirmam Macedo, Pires e Martins (2016). No entanto, “com o crescimento da internet e, mais especificamente, a partir das jornadas de junho de 2013, surgiram diversos coletivos de mídia alternativa, que vem cumprindo importante papel de criar informação alternativa aos meios de comunicação tradicionais” (MACEDO; PIRES; MARTINS, 2016, p. 100).

Questionado sobre os impeachments na América Latina, Berti lembra que a América “tem processos democráticos combatidos e muito recentes, para não dizer incompletos” (em entrevista).

Lucas Berti: Se hoje a Bolívia, por exemplo, tem mais golpes do que Natais, é porque toda a estrutura política é porosa, difusa, o que permite que grandes famílias e detentores do poder financeiro exerçam influência na vida política. Com isso, temos alguns efeitos: são sempre os mesmos blocos no poder e a corrupção, que tem muito espaço, sempre escolhe um lado. E o que sobra aos eleitores (maioria ignorante, desescolarizada, sem noção de política)? Se apegar a discursos populistas, prometedores, idílicos, que fazem da política um conto fantástico e instável. Os golpes, impeachments, crises, deposições, são todos frutos desse caminho (em entrevista).

3.1 O Quarto Poder

Na América Latina como um todo refere-se à imprensa como um “quarto poder”. Segundo Albuquerque (2009), este termo tem sido empregado de diferentes maneiras e com significados distintos. Em particular, o autor se propõe a investigar três definições: I) O conceito de *Fourth Estate*, que “descreve a imprensa nos termos de um contra-poder, cujo papel é promover um controle externo do governo, em nome do interesse dos cidadãos” (2009, p. 2). Posteriormente, este modelo foi representado pelo termo “watchdog” (cão-de-guarda), porque a imprensa seria como um *cão de guarda* em defesa dos interesses públicos; II) O modelo *Fourth Branch*, que sugere que “a imprensa desempenha um papel no exercício do governo, ainda que não oficial, como um instrumento auxiliar, a serviço do sistema” (2009, p. 2). Neste conceito, é calcado a imprensa como um quarto poder além dos já existentes: Legislativo, Judiciário e Executivo; III) E, por último, o *Poder Morador* que concebe a imprensa “uma espécie de superpoder, de arbitragem dos conflitos que se estabelecem entre os três poderes, e da defesa do interesse público para além deles” (2009, p. 2). Porém, o autor nega que a mídia opera de fato como um poder moderador, “uma vez que não existe qualquer tipo de amparo constitucional para isso” (2009, p. 10), mas sugere que, em boa medida, é este papel que ela se propõe a desempenhar.

Para Rizzotto (2012), “o modo como o jornalismo se constituiu no Brasil é um importante indicador da identidade política dos jornalistas, pois mostra como historicamente o jornalismo sempre esteve submetido ao poder político”.

Quer dizer, o quarto poder, considerado o mais adequado para controlar os demais em nome da cidadania e da democracia, acabou por ser o mais poderoso e o menos controlável, já que se vincula com as forças de geração de demanda,

a publicidade, modelando as condutas e as consciências de acordo com o que a economia de mercado determina (SODRÉ, 1994, apud RIZZOTO 2012, p. 114).

Para Berti, de uma forma geral, o jornalismo presta contas à sociedade:

Lucas Berti: “É a função do jornalista contar quais são os abusos, quem comete, quem é vítima e por que razão o Estado eventualmente não investiga. Sem imprensa livre, sem democracia. Sem democracia, sem direitos humanos. Sem direitos humanos, sem imprensa livre” (em entrevista).

3.2 O caso Brasil

Alguns fatores justificam a escolha pelo Brasil na lista dos países com recente instabilidade política. Primeiro porque o país ao concluir o processo de impedimento de Fernando Collor, em 1992, deu início a uma onda de impeachments na região (PÉREZ-LIÑÁN, 2007). Além disso, o país tem uma boa colocação no ranking de confiança da sociedade na mídia. Uma pesquisa intitulada de Trust In the Media (*confiança na mídia*) realizada pela Ipsos entre os meses de janeiro e fevereiro de 2019, em 27 países, mostrou o Brasil como terceiro país em que os cidadãos mais confiam na imprensa – empatando com a Alemanha. Dos mil adultos que participaram, 65% responderam confiar em jornais e revistas, o mesmo porcentual para emissoras de televisão e rádio e 58% afirmaram confiar em sites de notícias.

Por outro lado, isso não significa que a imprensa brasileira tem um trabalho fácil ou até mesmo reconhecido. O relatório “Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil”, divulgados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)¹⁴, trouxe números sobre a violência de profissionais ao longo de 2019: houve dois assassinatos, 28 casos de ameaças/intimidações, 20 agressões verbais, 15 agressões físicas, dez casos de censura e outros de impedimento ao exercício profissional, cinco ocorrências de cerceamento à liberdade de imprensa por ações judiciais, dois casos de injúria racial e outros dois de violência contra a organização sindical da categoria.

Além desses dados, o documento afirmou que a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República “afetou significativamente a liberdade de imprensa no Brasil”, o que aumenta ainda mais o papel fiscalizador. Ou seja, no Brasil, há um agravante: a

¹⁴ FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. 2019. Disponível em https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf. Acesso em 08 fev 2020.

própria figura presidencial é um risco — à liberdade de imprensa, democracia, e até ao descumprimento dos direitos humanos. Segundo o relatório, Bolsonaro foi responsável por 121 das 208 ocorrências de ataques a jornalistas durante o primeiro mandato presidencial. Sendo o que a maioria dos ataques foi feita em divulgações oficiais da Presidência, como discursos e entrevistas, ou pelo Twitter oficial. “O chefe de governo promove, por meio de suas declarações, sistemática descredibilização da imprensa e dos jornalistas. Com isso, institucionaliza a violência contra a imprensa e seus profissionais como prática de governo”, descreve a presidenta da Fenaj, Maria José Braga.

Como visto anteriormente, não há direitos humanos sem democracia (PIOVESAN, 2009), e durante o mandato até então, Bolsonaro defendeu o regime antidemocrático em algumas ocasiões, que vamos recordar aqui. Capitão aposentado, Bolsonaro já flertou com o período da ditadura militar e chegou a exaltar o nome do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, condenado em segunda instância por tortura e sequestro durante o golpe. Mais tarde, enquanto chefe do Executivo, Bolsonaro recebeu a esposa do coronel no Palácio e chamou o militar de “herói nacional”. Em várias ocasiões, o chefe do Executivo disse “que não houve golpe militar em 1964”. Um vídeo publicado pelo Palácio do Planalto em 31 de março de 2019 — data histórica do golpe — também defendeu a ditadura, ao dizer que ela foi uma ação para conter o comunismo no país. Em um café da manhã com jornalistas, Bolsonaro acusou a jornalista Miriam Leitão, do *O Globo*, de ter mentido sobre as torturas em que foi submetida durante o período. Em 2020, Bolsonaro chegou a participar de manifestações de caráter antidemocrático que pediam o fechamento do Congresso Nacional.

Sendo assim, infere-se que o Brasil hoje é um dos grandes protagonistas de instabilidade política. Não só isso, também fica claro que ser jornalista no Brasil carrega um peso enorme nos dias de hoje, na busca pela plena efetivação democrática e dos direitos humanos, ao mesmo tempo, em que se é atacado constantemente pelas próprias autoridades que estão no poder.

Em conclusão à entrevista, Berti foi questionado se, com os dados de violência contra jornalistas em especial na América Latina e no Brasil, se haveria algum receio de atuar na profissão, cobrindo a região, e abordando assuntos como sociopolítica e direitos humanos.

Lucas Berti: É ingenuidade não ter cautela. Medo, não. Mas é preciso cuidado, responsabilidade e atenção, sempre. O México, líder de casos de membros da imprensa mortos, é um lugar onde se deve ser bem precavido antes de cobrir

temas de narcotráfico, política em nível municipal, por exemplo. No Brasil, quem desafia poderosos do campo também entra na linha de tiro. Mas não podemos deixar de cobrir (em entrevista)

3 CONCLUSÃO

O jornalismo não é in criticável. Tampouco o é o jornalista. Também não é função da imprensa garantir os direitos humanos dentro de uma sociedade, assim como o profissional não deve ser visto como um super-herói capaz de salvar os cidadãos. É preciso, sim, uma série de atores fundamentais que podem e devem ajudar na construção de um Estado democrático e de plena efetivação dos direitos humanos. Mas, como jornalista, também entendo que esse seja meu papel, assim como dos colegas de profissão: cobrar para que a função do Estado seja efetivado. Fiscalizar para que os direitos humanos, sejam por fim, uma realidade concreta em todos os países, principalmente da América Latina, que tem um histórico autoritário, e um contexto político atual preocupante que pode favorecer ainda mais um rompimento com esses direitos.

Devemos reconhecer o quanto o jornalismo é imprescindível para a dinâmica democrática. Contribui efetivamente na vida de cada região com a divulgação dos fatos e a fiscalização do poder em nome do cidadão. O jornalismo, como serviço à sociedade, contribui para o desenvolvimento (BÔA VIAGEM, 2015, p. 19)

E em uma realidade em que jornalistas têm sido vítimas não apenas de violências físicas, assassinatos, mas também de ataques de presidentes democraticamente eleitos, é preciso aliar-se àqueles que lutam, diariamente, para a construção de um Estado para todos. Assim como narrar suas histórias e se inspirar em suas trajetórias.

Como jornalista, entendo por meio deste trabalho que estes são direitos que precisam ser vigiados, pois não são intrínsecos. E é necessário uma imprensa que tenha poder para cobrar o Estado disto. É como o entrevistado Lucas Berti, diz: é necessário cautela para cobrir esse assunto, mas não podemos deixar de cobrir.

Em uma região tão complexa quanto a América Latina, em que o autoritarismo histórico está sempre à espreita, preparado para dar às caras, é preciso lutar com as armas que se têm: a voz. A voz sempre será, na minha opinião, uma das mais poderosas formas de resistir.

Neste artigo, uno-me ao trabalho de outros tantos jornalistas, que vieram antes de mim, em busca de um país melhor. É por esse motivo que é tão necessário conhecer a narrativa de quem está à frente dessas pautas: é ao lado deles que o debate continua. Ao

nos unirmos, não estamos apenas dividindo as nossas trajetórias individuais, mas damos voz aos grupos historicamente excluídos. Sem dúvidas, uma das nossas grandes responsabilidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. **As três faces do Quarto Poder**. XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1068.pdf . Acesso em 03 fev 2020.

BÔA VIAGEM, Christiane. **Jornalismo, democracia e cidadania**. Pernambuco: Revista Pano Fundo, Nº 02-Jan a Mar, 2015. Disponível em: <http://repositorio.asces.edu.br/bitstream/123456789/713/1/EDICAO-2--ANO-1-17-19-ok.pdf>; Acesso em 07 fev 2020.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. 2019. Disponível em https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf. Acesso em 08 fev 2020.

FERNANDES, Adélia Barroso. **Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002 . Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/145134406368497586467557075036965428965.pdf>. Acesso em 29 jan 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa, tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. Mai./Jun. 1995.
MACEDO, Marcelo E.; PIRES, Flávio da Rocha; MARTINS, Alessandra. **Mídia e Democracia na América Latina. Notas preliminares**. Argentina: Revista TOMA UNO (NO 5): Páginas 89-106, 2016. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/toma1/article/view/17206/16991>. Acesso em 17 jan 2020.

MONTORO, André Franco. **Transição política na América Latina: de regimes autoritários a democracias ainda não consolidadas**. 1994. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176220/000488140.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

MORAES, George Rezende; FACHIN, Melina Girardi. **O papel dos estados de terceiro mundo na concretização dos Direitos Humanos: coordenando conceitos de soberania, globalização econômica e os direitos humanos**. Pensar, Fortaleza, v. 21, n.1, p. 150-178, jan./abr. 2016.

OLMEDO, Luiza. **Em 30 anos, América Latina teve 14 governos interrompidos**. Folha de São Paulo. 2016. Editoria de Treinamento. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771282-em-30-anos-america-latina-teve-14-governos-interrompidos.shtml>. Acesso em 13 jan 2020.

ONU (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. **Presidential Impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge University Press. New York, 2007. Edição Kindle.

_____. **“Impeachment não encerra crise”, diz cientista político.**

Entrevista concedida a Alexandra Martins. Exame. Disponível em: <

<https://exame.com/brasil/impeachment-nao-encerra-crise-diz-cientista-politico/>>

PETRY, Almiro. **A Democracia e os Direitos Humanos na América Latina**. 2008. Acesso em: 17 jan. 2020. Disponível em:

http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/dem_dirhum.pdf. Acesso 30 dez 2019.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos: Desafios e perspectivas contemporâneas**. Rev. TST, Brasília, vol. 75, no 1, jan/mar 2009. Disponível em:

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/6566/010_piovesan.pdf?sequence=5.

Acesso 15 jan 2020.

_____. **Democracia, Direitos Humanos e Globalização econômica: desafios e perspectivas para a construção da cidadania no Brasil**. Disponível em:

http://dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_democracia_dh_global_economica_br.pdf. Acesso em 16 fev 2020.

POMPÉO, Wagner Augusto Hundertmarck; MARTINI, Alexandre Jaenisch. **O papel da mídia na construção da democracia, cidadania e justiça no mundo globalizado: um estudo voltado aos efeitos das ações de imprensa e micropolíticas fundadas no espaço local**.

Congresso Nacional de Direito e Contemporaneidade. Santa Maria/RS. 31 mai e 01 jun 2012.

Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2012/28.pdf>. Acesso em 19 jan 2020.

REBOUÇAS, Edgard; CUNHA, Patrícia. **Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia**. R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.4, p.85-93, Nov.,

2010. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17428/2/10.pdf>> Acesso em janeiro de 2019.

RIZZOTTO, Carla Candida. **Constituição histórica do poder na mídia**

no Brasil: o surgimento do quarto poder. Rev. Estud. Comun., Curitiba, v. 13, n. 31, p. 111-120, maio/ago. 2012 26.

RSF, Repórter Sem Fronteiras. **Balanço de 2019 dos jornalistas mortos, presos, reféns ou desaparecidos no mundo**. 2019. Disponível em:

https://rsf.org/sites/default/files/rsf_2019_pt.pdf. Acesso em 15 jan 2020.

RUIZ, Fernando. **Fronteiras em movimento: caos e controle na relação entre a mídia e os políticos na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Disponível em:

http://www.bernardosorj.com/pdf/Poder_politico_e_meios.pdf#page=15. Acesso em 13 de fevereiro de 2019

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

UNESCO, **Código Internacional de Ética para Jornalistas**. 1983. Disponível em:

<https://www.jornalistas-rs.org.br/codigo-de-etica-internacional/>. Acesso 27 jan 2020.